

**“DA ALDEIA DA PREGUIÇA À ATIVA COLMEIA OPERÁRIA”:
O Processo de Constituição da Cidade-fábrica Rio Tinto - Parahyba do Norte
(1917-1924)**

**The Process of Constitution of Rio Tinto City factory – Parahyba do Norte
(1917-1924)**

Eltern Campina Vale*

Resumo: Em 1917, a família Lundgren inicia processo de construção de tecelagem, seguido, de estrutura de vila operária, na Paraíba, especificamente na região da cidade de Mamanguape (a 50 km da então capital do Estado). Para a instalação da fábrica Rio Tinto, contribuíram tanto benefícios fiscais concedidos pelo governo estadual, quanto a própria conjuntura econômica. Esse empreendimento é descrito na imprensa e nos registros dos memorialistas, de modo grandiloquente, pois nessa visão, a fábrica impulsionou a economia da região e da Paraíba. Construiu-se a imagem dos Lundgren como “arautos” do progresso, que transformaram uma “aldeia da preguiça” em uma ativa colméia operária, como definiu Ademar Vidal. Neste processo, destacou-se a transformação de um grupo de migrantes em trabalhadores de fábrica.

Palavras-chave: Cidade-fábrica de Rio Tinto; Lundgren; Indústria têxtil; Trabalhadores.

Abstract: In 1917, the Lundgren family starts building process of weaving, followed the structure of workers' village, in Paraíba, specifically in the area of the city of Mamanguape (50 km from the then capital of the state). For installation of the factory Rio Tinto, there were multiple factors, either in the tax benefits granted by the state government, or in the economic environment. This project is described in the press and the records of the memoirists, so grandiloquent, because in his view, the factory boosted the region's economy and Paraíba. He built up the image of Lundgren as harbingers of progress for a region that, "aldeia da preguiça" would be transformed into an active hive workers, as defined by Ademar Vidal. In this process, highlighted the transformation of migrant factory workers.

Keywords: Rio Tinto Town-Factory; Lundgren; Textile industry; Workers

(recebido em 1º de maio de 2012; aprovado em 1º de junho de 2012)

Em 1917, os empreendimentos da família Lundgren - Frederico, Alberto, Herman e Ana Louise¹ - estão presentes em Pernambuco, Paraíba e em outros lugares do Brasil e lhes

* Professor do Curso de História da Universidade Federal de Alagoas – UFAL (Campus do Sertão – Delmiro Gouveia). Este artigo é uma versão modificada, de parte do primeiro capítulo de minha dissertação de Mestrado: *Tecendo fios, fazendo história: a atuação operária na cidade-fábrica Rio Tinto (Paraíba, 1959-1964)*. Defendido no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, sob orientação da Profª Drª Adelaide Gonçalves.

¹ O primeiro Lundgren – Herman Theodor – chegou ao Brasil em 1855, migrando da Suécia. Passando pelo Rio de Janeiro e Bahia, Herman fixou-se no Recife. Para Raul de Góes, que escreveu uma biografia apologética e laudatória de Herman (*Um sueco emigra para o Nordeste – Vida, obra e descendência de Lundgren*) publicada em 1964, a cidade de “Recife tornou-se o campo de ação desse bandeirante alienígena da indústria nacional”. Góes compara a trajetória deste imigrante, com a de Visconde de Mauá, Teófilo Otoni e Delmiro Gouveia, construindo uma imagem de herói, um feitor industrial, com notável contribuição ao desenvolvimento econômico e social do Brasil e especificamente, do eixo Paraíba-Pernambuco. Em 1861, funda a primeira fábrica de Pólvora de iniciativa particular – a *Pernambuco Powder Factory*. Já em 1904 adquire a fábrica de Tecidos Paulista. Falecendo em 1907, o controle dos negócios ficou com os seus filhos. Para uma outra versão da história dos Lundgren, diferente da escrita por Raul de Góes e dos relatos da própria família, ver artigo: HUTZLER, Celina Ribeiro. “Quem pode, pode, quem não pode...” In: *Relações de Trabalho e Relações de Poder: Mudanças e Permanências*. Mestrado de Sociologia – UFC – Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais (NEPS). Fortaleza – CE, 1986.

alçavam ao posto de empresários de destaque, principalmente no ramo têxtil. Eram proprietários de tecelagem - Fábrica de Tecidos Paulista - de fábrica de pólvora - *Pernambuco Powder Factory* - e de casas comerciais - *Casas Pernambucanas* (denominação das casas de comércio no sul do Brasil) e *Casas Paulista* (designação de filiais espalhadas pelo norte do país).

Na capital da Parahyba do Norte, os Lundgren haviam inaugurado nova filial das Casas Paulista, ampliando os negócios de tecidos, no atacado ou varejo. Utilizando-se estrategicamente de propagandas diárias no jornal *A União*, da capital paraibana, os Lundgren divulgam o *colossal sortimento de todos os tecidos* à venda nas Casas Paulista. A preocupação em atender aos clientes, com moderna variedade, aliada aos baixos *preços que desafiam qualquer concorrência*, alimenta o crescimento do comércio de tecidos, que se soma à possibilidade de revenda no atacado, com a garantia de boas e consideráveis margens de lucro para o comprador².

Da capital, a expansão de filiais pelo interior da Paraíba é efetivada. Anos mais tarde, em 1924, existiam filiais em Cabedelo, Alagoa Nova, Campina Grande, Itabaiana, Ingá, Guarabira e Rio Tinto. Com propaganda em jornais e revistas como *Era Nova*, os Lundgren utilizavam-se de duas táticas: preços baixos e padronagem moderna dos tecidos, vendidos em grosso ou varejo³.

Deste modo, os negócios caminham a passos largos, dada a rentabilidade de promissor comércio. O que levou a família Lundgren a projetar a construção de filial da Companhia de Tecidos Paulista, sendo novo empreendimento de alargamento dos negócios e esfera empresarial. A nova investida se dá na Paraíba, estado escolhido para a implantação da nova tecelagem.

Tornam-se proprietários em 1917, de terras na região de Mamanguape, onde se ergue a *opulenta sucursal de Paulista*, segundo Ademar Vidal⁴. A escolha da Paraíba apresenta diferentes versões. De acordo com Leite Lopes, os Lundgren apresentam como fator decisivo para sua implantação, “perseguições políticas” ocorridas em Pernambuco, com deslocamento para outro estado de nova fábrica têxtil. ⁵ Devido às perseguições, “escolheu-se” a região de Mamanguape para o novo projeto.

² “CASAS PAULISTA, Fazendas - Roupas feitas – Toalhas. Alberto Lundgren. Rua Maciel Pinheiro, 48, Parahyba. Novo sortimento. Últimas novidades em padrões”. *A União*, 04 de janeiro de 1917.

³ “CASAS PAULISTA. Fazendas em Grosso e a Retalho”. *Revista ERA NOVA* (Bi-Mensário de Propaganda da Parahyba). 24 de fevereiro de 1924, Ano IV, N.58.

⁴ GÓES, Raul de. Um sueco emigra para o Nordeste – Vida, obra e descendência de Lundgren. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 2º ed. 1964. p. 10. O escritor Ademar Vidal, escreve o prefácio de uma primeira versão, um opúsculo de 1949.

⁵ LEITE LOPES, José Sérgio. *A Tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo: Marco Zero,

Segundo outra versão, a isenção fiscal de vinte e cinco anos concedida pelo então governador da Paraíba, Camilo de Holanda (1916-1920), reiterada no governo de João Suassuna em 1924, discutida com os Lundgren, define a implantação da fábrica em definitivo na Paraíba. Importante enfatizar que, concedida esta isenção, os Lundgren ficariam responsáveis, pelos serviços de saúde, educação, segurança, lazer e outros a população ali sediada.⁶

Em abril de 1920, o governo do estado e a direção da fábrica Rio Tinto homologam oficialmente o contrato de isenção de impostos que recebe posteriormente, alguns aditivos de atualização. Em 1926 continua isenta de impostos, obrigada, todavia, a pagar 60 contos de réis (60:000\$000) anuais, em duas parcelas de 30 contos de réis, a cada seis meses. Outro aditivo ressalva:

“Na hipótese de querer a Companhia Rio Tinto aumentar o número de seus teares, além dos referidos mil e oito (1.008) ora já existentes em sua fábrica na localidade de mesmo nome, ficará pagando então o imposto anual e único de 60 mil réis (60:000\$000) por cada tear que for aumentado, em duas prestações iguais; a Companhia Rio Tinto se obriga a ir comunicando ao governo o número dos teares aumentados.”⁷

Assim sendo, acerca da isenção fiscal, compreende Celso Mariz que os Lundgren devem ter considerado vários elementos de seu interesse. O Estado acolhedor arriava por trinta anos as barreiras fiscais, e abria as zonas de maiores e melhores produções do algodão.⁸ Por ser o algodão um dos principais produtos econômicos da Paraíba, o governo estadual estimula a expansão da cultura e a modernização das técnicas de beneficiamento do produto. A instalação de tecelagem na Paraíba, se dá em conjuntura econômica da Primeira Guerra Mundial e altos preços de produtos:

“A partir de 1916, com o incremento da demanda de matérias primas e alimentos pelos países beligerantes, nossos principais produtos de exportação alcançaram preços altos, iniciando-se uma fase de equilíbrio econômico-financeiro do Estado [...] O crescente aumento dos preços do algodão, aliado aos favores fiscais do governo estadual estimulou a implantação de várias usinas de beneficiamento e prensagem. Na década de 1920, foram implantadas algumas indústrias têxteis: Marques de Almeida & Cia. em 1923 em Campina Grande (fios de algodão e sacos); Fábricas de Tecidos Rio Tinto em 1924 (Mamanguape) do grupo Lundgren e SA Têxtil de

1988, p. 202.

⁶ MACÊDO, Maria Bernadete Ferreira de. *Inovações Tecnológicas e Vivência Operária – O caso de Rio Tinto 1950-1970*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Economia da UFPB. João Pessoa, 1986, p.52.

⁷ “Contrato celebrado entre Frederico João Lundgren e o Governador do Estado da Paraíba. Termo de aditivo ao contrato celebrado a 8 de abril de 1920”. Arquivo Histórico do Espaço Cultural. Seção dos Governadores da Paraíba. Lote do Interventor Federal Argemiro de Figueiredo. Caixa 027; Vol. 548 Documentos; 1936-1937.

⁸ MARIZ, Celso. “O Passado e o Presente de Mamanguape”. In: *Cidades e Homens*. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, 1985, p. 30. Coletânea publicada em maio de 1945 e reeditada pela comissão do IV Centenário da Paraíba em 1985.

Campina Grande em 1928. Além disto, a Fábrica Tibiry (Santa Rita) foi ampliada.”⁹

Outra versão soma-se às anteriores, com explicação de viés político para a instalação, conforme Tâmara Tânia Egler:

“Rio Tinto reunia as três condições de fontes de energia, proximidade de matérias-primas e facilidade de transporte, o que explicaria a escolha da localidade para a implantação da fábrica. No entanto, mais do que uma explicação econômica, é preciso pensar que em 1917, desenvolvia-se em Recife um forte movimento operário que culminou com a organização de greves. Dessa forma, ao lado de explicação econômica é preciso ter em conta as razões políticas que levaram o capitalista a implantar a uma fábrica longe dos perigosos contágios políticos.”¹⁰

A implantação deste projeto, na Paraíba, resulta de variáveis, desde a conjuntura econômica e seus desdobramentos. Pelo acordo com o governo da Paraíba, os Lundgren partem em 1917, para a compra de terras do que viria a ser a nova cidade-fábrica. Para tanto, encarrega-se Arthur B. de Góes de conhecer terrenos na Aldeia da Preguiça, pequena comunidade habitada por pescadores e índios, à esquerda do rio Mamanguape.

Ao examinar a região da futura tecelagem destaca dificuldades. Terras pantanosas, alagadiças, definidas pelo escrivão do Cartório da cidade, Antônio Piaba, como *bom negócio para botar dinheiro fora, só tem sezão, índio e preguiça*.¹¹ Relata o que viu aos irmãos Lundgren, Arthur e Frederico, que de pronto ordenam-lhe o retorno a Mamanguape, com esta estratégia: abrir comércio, para familiarização com a região e moradores. Deste modo, Arthur de Góes se estabelece em Mamanguape e instala mercearia, com a compra paulatina de terrenos em torno do velho Engenho da região, o Preguiça. Inicialmente ao procurar o proprietário, Alberto Cezar de Albuquerque na tentativa de adquirir o Engenho, tem resposta negativa. Somente mediante intermediação da liderança política de Mamanguape, é aceita a proposta e o engenho é vendido por 25 contos de réis.¹²

Continua a aquisição de terras, embora ruins, na concepção dos vendedores. Arthur de Góes compra com “dinheiro vivo” vários lotes no entorno da Aldeia da Preguiça. Instalado na região – em cerca de dez meses¹³ - comparece ao cartório da cidade, acompanhado de advogados de Recife, para venda de tudo que tinha adquirido. Ansioso, o escrivão Antônio

⁹ GURJÃO, Eliete de Queirós. *Morte e Vida das Oligarquias – Paraíba (1889-1945)*. João Pessoa: Universitária, UFPB 1994, p. 26.

¹⁰ EGLER, Tâmara Tânia Cohen. “Moradia e Trabalho em Rio Tinto”. In: *Relações de Trabalho e Relações de Poder: Mudanças e Permanências*. Mestrado de Sociologia – UFC – Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais (NEPS). Fortaleza – CE, 1986, p. 157.

¹¹ GÓES, Raul de. Op. Cit, p. 126.

¹² FERNANDES, João Batista. *O Extinto Rio Tinto*. Paraíba, 1971. p. 28.

¹³ GÓES, Raul de. Op. Cit, p. 127.

Piaba pergunta no ato: - *Quem é o comprador?* E Arthur de Góes responde enfático: - *Os Lundgren, de Paulista.*¹⁴

Segundo Raul de Góes, a revelação se espalha como rastilho de pólvora, provocando onda de espanto entre os já alvoroçados moradores da região: “Os Lundgren, donos das piores terras de Mamanguape! O que eles vão fazer com o malsinado sítio da preguiça?” Em Recife, Arthur Lundgren, indagado sobre a compra de terras, responde provocando mais estranheza: *Vamos plantar gente!*¹⁵

Em 15 de fevereiro de 1918, Frederico Lundgren, irmão e parceiro de Arthur esclarece finalmente, em documento manuscrito, suas intenções com a compra das terras. É um texto de fundação cuja primeira marca é renomear o lugar: o ex-engenho da preguiça torna-se Rio Tinto¹⁶. A posse se desdobra em procedimentos práticos: nomeação de administrador e definição de estratégias disciplinares de ocupação.

O administrador, Apolônio Gomes, é autorizado por Frederico Lundgren, a contratar e despedir trabalhadores, divididos em grupos de quatorze homens, supervisionados por “cabos”¹⁷; construir palhoças e moradia para os novos contratados, iguais e separadas em blocos de dezoito, sob vigilância dos cabos, que, com o administrador coordenam e fiscalizam as obras iniciais do novo empreendimento, drenagem e canalização das águas, derrubada do mato, plantação de capim liso e desmatamento das capoeiras com o aproveitamento da lenha.

Além disso, o documento define os limites de poder do administrador: moradia, proventos, e veto a algumas atividades, como também a divulgação a qualquer pessoa, do salário recebido na função. Por fim, o administrador apresenta-se a comunidade, especialmente, ao prefeito da cidade de Mamanguape por intermédio de Arthur de Góes, que, como vimos, está na região há vários meses, a serviço dos Lundgren tendo cumprido a missão de comprar as terras do velho Engenho da Preguiça, ou seja, com discrição e cautela¹⁸.

A estratégia de posse é prenúncio da intenção dos Lundgren de “plantar gente” na região. Entre 1919 e 1924, os Lundgren constroem a cidade-fábrica, e o espaço em torno do velho Engenho da Preguiça, se modifica substancialmente. Começam os serviços de saneamento, posteriormente, os acampamentos e barracões, oficinas de mecânica, carpintaria, olaria e, em seguida, transporte de instrumentos de trabalho. Em paralelo, ergue-se uma

¹⁴ Id. *Ibidem*, p.127.

¹⁵ Id. *Ibidem*, p. 128.

¹⁶ O nome Rio Tinto foi dado, segundo João Batista Fernandes em seu livro *O Extinto Rio Tinto*, devido ao rio que cortava a região e que tinha suas águas vermelhas por conta da coloração da terra. Frederico Lundgren ao verificar esse fato, colocou o nome da região de Rio Tinto.

¹⁷ Funcionários aos quais os trabalhadores estavam subordinados.

¹⁸ Id. *Ibidem*, pp. 128-129.

chaminé de 76m visível a todos os moradores da região. A cidade-fábrica, planejada pelos irmãos Lundgren, aos poucos toma corpo, e a presença de estrangeiros no empreendimento é notada:

“Estavam lá, técnicos de toda parte, brasileiros, ingleses, suecos, alemães, austríacos e até famílias japonesas haviam sido contratadas para o cultivo racional do solo, visando à horticultura e à plantação de arroz. Plantavam-se árvores frutíferas, ordenadamente. Os primeiros arruamentos das casas populares, em semicírculo, em torno da fábrica, já davam uma noção da futura vila de Rio Tinto. Novas edificações eram erguidas, com maior capricho, nos pontos mais altos. Não se construía apenas uma fábrica, mas uma verdadeira cidade.”¹⁹

Interessante observar o espaço em que as casas da vila operária são construídas: ao redor da fábrica, ou seja, moradias vizinhas ao local de trabalho. Os equipamentos indispensáveis ao pleno funcionamento da cidade-fábrica, estão bem avançadas e em vias de conclusão: farmácia, grupo escolar, hotel, restaurante, padaria e vila operária. O conjunto edificado, na distribuição espacial, aponta a fábrica como núcleo urbanizador, e as hierarquias no mundo do trabalho também se desenham na forma urbana de habitar: operários no entorno da fábrica, em espaço contíguo e funções especializadas e padrões nos pontos mais altos, configurando também geografia industrial específica.

Mas os Lundgren “em nome do progresso econômico e industrial da Paraíba”, modificam não apenas a paisagem, mas também os antigos moradores (pescadores, índios e trabalhadores rurais), convertendo-os em tecelões, mecânicos, motoristas, enfim, transformando-os em operários de fábrica. A finalidade dos Lundgren de “plantar gente”, na região desmonta um modo de vida, e não se deve supor que a colonização tenha se realizado sem conflitos e sem questionamentos.

Meses antes da inauguração do empreendimento - em fins de dezembro de 1924 - a reportagem do jornal A União visita a obra. Desenhando uma imagem de grandeza, registra o ritmo acelerado da construção. A estrutura da fábrica e suas seções, em via de conclusão: tecelagem, fiação, abertura, preparação, tinturaria, além das seções subsidiárias fora da fábrica, como oficina mecânica, serraria, fundição, pequeno cais e fábrica de tijolos e telhas – com vistas à comercialização da produção.

Da cidade projetada, estava concluído o clube, pomar - com jaqueiras e mangueiras -, escola noturna para os filhos dos trabalhadores. O clube, espaço de sociabilidade, com cinema, boliche e restaurante, não é frequentado pelos trabalhadores, pois fora pensado como espaço,

¹⁹ Id. *Ibidem*, p. 131.

que, segundo o jornal, “oferecia hospitalidade e recreios salutareos aos empregados de certa categoria”.²⁰

Cerca de mil e quinhentos trabalhadores foram recrutados para as obras (registra-se falta de *braços*, solicitando *diaristas*), com as mais variadas tarefas, e salário entre 800 e 3\$000 para os “trabalhadores braçoes, mulheres e crianças”. Mais adiante, a reportagem alerta que os rendimentos pagos pelos Lundgren *variavam na proporção do merecimento de cada um*.²¹ Para o trabalho na fábrica, faz-se a seleção dos operários de tecelagem, muitos são incorporados e distribuídos nas diversas seções, e outros trabalham em oficinas, olarias, caldeiras e seções de suporte ao funcionamento da tecelagem.

Em 27 de dezembro de 1924, a fábrica é inaugurada. De acordo com a narrativa das fontes, o ato grandioso é entusiasticamente celebrado como o passo inicial e novo impulso à industrialização e à economia da Paraíba. Para Raul de Góes:

“Numa manhã de sol brilhante, presentes as maiores autoridades do Governo do Estado e representantes do governo federal, começou a fábrica a movimentar os seus teares, que, desde então não mais pararam. E Rio Tinto começou a viver.”²²

A ideia de que Rio Tinto começa a viver, desde a inauguração da fábrica de tecidos, legitima o empreendimento e ação dos proprietários, vistos pela imprensa oficial e pelos memorialistas como homens laboriosos, persistentes, arautos do progresso e da civilização. As imagens mais recorrentes ressaltam a expansão de investimentos da família Lundgren para o interior da Paraíba, como confirmação de seu enraizamento e compromisso com o país. “Tornaram-se radicados ao meio como se nela tivessem nascido”, afirma o entusiasmado Góes, e a maior prova desse enraizamento se materializa na instalação de filial da Companhia de Tecidos Paulista.

A presença das autoridades governamentais confirma o tom laudatório do projeto dos Lundgren, reafirmado no texto de Celso Mariz:

“A construção da fábrica Rio Tinto com tecidos, estampanaria, usina elétrica, a fundição mecânica teve início em 1917, sendo inaugurada festivamente em 1924, com a presença de autoridades, pessoas da terra e forasteiros. Foi um dos maiores acontecimentos dos últimos anos no Estado.”²³

²⁰ “A Prophylaxia em Mamanguape - Uma visita ao Rio Tinto”. *A União*, 15 de fevereiro de 1924.

²¹ “A Prophylaxia em Mamanguape - Uma visita ao Rio Tinto”. *A União*, 15 de fevereiro de 1924.

²² GÓES, Raul de. Op. Cit. p. 135.

²³ MARIZ, Celso. “Evolução Econômica da Paraíba”. João Pessoa: *A União*. 1939. Apud GÓES, Raul de. Op. Cit. pp. 97-98.

A imagem dos Lundgren de empreendedores da mudança é reiterada por José Octávio de A. Mello, “para quem os Lundgren construíram no vale do Mamanguape uma cidade industrial que representou durante algum tempo o mais importante complexo fabril da Paraíba”.²⁴ A inauguração é prestigiada por autoridades políticas, militares, civis e religiosas da Paraíba e Pernambuco, que destacam o empreendimento como “seguro e definitivo impulso para o progresso embaraçado da região”²⁵, celebrando o caráter singular da cidade industrial no contexto regional.

Da festa de inauguração tem-se o registro dos quarenta automóveis que levaram a comitiva de Sapé (de onde chega o trem vindo da capital e de Recife), para Rio Tinto, com Demócrito de Almeida (representando o Presidente do estado João Suassuna), João Spínola (inspetor de thesouros); religiosos como monsenhor Sabino Coelho (representando o arcebispo metropolitano Dom Aducto de Miranda Henriques), representantes da imprensa da Paraíba e Pernambuco, comerciantes e militares. Os trabalhadores assistem à festa como meros coadjuvantes do projeto de que foram construtores.

Os discursos reiteram o pioneirismo do “cyclópico empreendimento”. Após a benção, Monsenhor Sabino, em frente ao setor de fiação, se dirige aos trabalhadores e, segundo o jornal, “suas palavras traduziam a influência da igreja nos meios operários”. A fala de Demócrito de Almeida, exaltando o grande exemplo de disciplina e trabalho da fábrica *Rio Tinto*, reafirma o propósito do governo em apoiar a iniciativa empresarial como um dos fundamentos do desenvolvimento econômico do estado:

“Eu tenho a confiança de que o governo do estado e a Companhia Rio Tinto não de defender, basear e pleitear os seus interesses no mais absoluto acordo, e tendo sempre em vista o progresso da Paraíba, que tem as suas forças econômicas ao abrigo de luctas. Nem o governo, nem a Companhia, na escala e defesa dos seus direitos e interesses, não de chegar a interpretações ou conclusões que prejudiquem um ao outro. E nesse caráter o governo apoiará sempre a Companhia, vendo-a com sympathia, justiça e outros empreendedores dessa notável empresa.”²⁶

Depois dos discursos, visita às dependências da fábrica. A descrição pormenorizada da reportagem permite dimensionar a cidade-fábrica. A seção de fiação conta com 1.200 teares movimentados por 20 dínamos acoplados à tecelagem, quatro engomadeiras para tratamento dos fios, energia elétrica para movimentação das máquinas da usina elétrica de propriedade da companhia, oficina de fundição (com produção de peças de bronze, ferro, cobre e aço, em

²⁴ MELLO, José Octávio de Arruda. *História da Paraíba: Lutas e Resistências*. João Pessoa: Universitária, UFPB, 7^o ed., 2002, p. 180.

²⁵ “A Inauguração da Fábrica Rio Tinto”. *A União*. 28 de dezembro de 1924.

²⁶ “A Inauguração da Fábrica Rio Tinto”. *A União*. 28 de dezembro de 1924.

substituição de peças danificadas), olaria (com capacidade para produzir diariamente 30 mil tijolos), padaria, três escolas masculinas e seis femininas (nos turnos diurno e noturno); serviço sanitário, 960 moradias operárias, já habitadas. Na praça principal recém-construída, a banda de música anima quintas e domingos dos trabalhadores, a esta altura para mais de dois mil.

Da descrição, ressaltam-se dois tópicos: o primeiro diz respeito à seção de fiação como a segunda maior da fábrica, “instalada em um grande pavilhão de alvenaria, com cobertura composta de ferro, zinco e clarabóia de vidro, sobre uma área de 6.400 m”. Supõe-se que as condições de trabalho desta seção não são as melhores, afinal de contas, aliado a extensas jornadas de trabalho que estendem-se além de dez horas, o desconforto do calor e barulho das máquinas - em galpão coberto de ferro, zinco, clarabóia de vidro, para entrada da luz do dia. O segundo é a feição moderna dos equipamentos descritos na reportagem, o que parece contraditório, visto que pesquisas afirmam que os Lundgren adquiriram “maquinário obsoleto”, adaptável à realidade industrial da região.²⁷

Na construção da cidade-fábrica Rio Tinto, os Lundgren trazem a experiência da organização de um empreendimento similar a fábrica de Paulista. Adquirida em 1904, os Lundgren assumem e restauram a velha fábrica de tecidos, a 20 km de Recife. A reestruturação passa pela construção de novas moradias operárias - edificadas com tijolo e alvenaria - em substituição às velhas palhoças.

Em Rio Tinto, os Lundgren constroem fábrica concomitante a vila operária, em região distante de centros urbanos, o que permite, dada sua localização geográfica, certo “isolamento” como pretende Frederico Lundgren. O controle sobre os trabalhadores, possui explicação no estudo de Tâmara Egler: “Isolada de qualquer contato com o mundo exterior, a construção do sistema fábrica vila operária em Rio Tinto, criava as condições interiores da cidade fabril. São construídas as condições necessárias ao aprisionamento e imobilização da força de trabalho.”²⁸

O núcleo fabril, não depende estruturalmente de cidades vizinhas como Mamanguape ou a capital paraibana. Segundo Telma de Barros, núcleos que seguem este modelo:

“Foram estruturados no sentido de conter ao máximo seus moradores, evitando interferências e contatos externos vistos como perturbadores de suas finalidades industriais. Ofereciam trabalho, moradia e todos os equipamentos necessários à existência e à ocupação do tempo livre do trabalhador. Retendo o grupo operário, buscava-se prevenir seu contágio por

²⁷ MELLO, José Octávio de A. *Arqueologia Industrial e cotidiano em Rio Tinto*. CORREIA, Telma de B. et al. *Rio Tinto, Estrutura Urbana, Trabalho e Cotidiano*. João Pessoa: Unipê, 2002, p.72.

²⁸ EGLER, Tâmara Tânia Cohen. *Moradia e Trabalho em Rio Tinto*. Op. Cit. p. 157. Um outro estudo que analisa o controle dos trabalhadores via vila operária, é KELLER, Paulo Fernandes. *Fábrica & Vila Operária: a vida cotidiana dos operários têxteis em Paracambi/RJ*. Engenheiro Paulo de Frontin/RJ: Ed. Sólton Ribeiro, 1997. (Série Ciências Sociais).

ambientes tidos como degradantes ou por indivíduos tidos como corrompidos.”²⁹

Diferentemente de Paulista, Rio Tinto é projetada e construída, desde a estrutura de fábrica, até a feição da cidade, e equipamentos, como vila operária, escolas e clubes. Importante ressaltar, entre os dois empreendimentos de um mesmo grupo, similitudes e diferenças, na organização. Idêntica é a forma de recrutamento dos trabalhadores pelo interior de estados vizinhos (Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará, Alagoas e Sergipe) e obrigação de morar em vilas operárias, o que demonstra inclusive “interferência sobre o consumo individual dos trabalhadores”³⁰. Em estudo dos trabalhadores urbanos do Nordeste, Brasília Carlos Ferreira, enfatiza a função das vilas operárias na região:

“No Nordeste dos anos 30, a vila operária desempenhou um papel fundamental na disciplina da mão-de-obra. Na maioria das vezes, para o contingente recrutado, era a primeira experiência com o trabalho fabril. A vila operária funcionava como um espaço de educação para o trabalho, lugar de disciplina, onde os recém-chegados do campo se iniciavam na interiorização de novos padrões de comportamento e regras de sociabilidade.”³¹

As configurações das casas operárias obedecem ao seguinte desenho: porta e janela estreitas, coladas umas às outras e próximas ao local de trabalho – algumas até coladas ao portão principal da fábrica. A economia de espaço e material tem intenção entendida em Leite Lopes, como dispositivo do controle operário:

“A forma arruado teria também a vantagem da visibilidade imediata apresentada por essa forma de agrupar os operários do ponto de vista desse observador hierárquico, que é a administração da fábrica, conseguindo assim, estender o controle e vigilância de dentro da fábrica para o domínio das casas onde residem seus trabalhadores.”³²

Ao longo dos anos 1930 e 1940, há a expansão da cidade-fábrica, tanto em termos de apropriação de terra ou estrutura da fábrica, como no sentido de ampliar as seções recrutando novos trabalhadores, com mais de treze mil, no início de 1950, número, que foi reduzido na década de 1960.

²⁹ CORREIA, Telma de Barros. *Pedra: Plano e cotidiano operário no sertão*. Campinas, SP: Papyrus, 1998 (Série Ofício de arte e forma), p. 91.

³⁰ LEITE LOPES, José Sérgio. “Fábrica e Vila Operária: Considerações sobre uma forma de servidão burguesa”. In: LEITE LOPES, José Sérgio [et al.]. *Mudança Social no Nordeste: A reprodução da subordinação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 (Série Estudos sobre o Nordeste), p. 42.

³¹ FERREIRA, Brasília Carlos. *Trabalhadores, sindicatos, cidadania – Nordeste em Tempos de Vargas*. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, Natal: Cooperativa Cultural da UFRN, 1997. p. 116.

³² LEITE LOPES, José Sérgio. Op. Cit. p. 44.

Nesta conjuntura as migrações – aliadas ao recrutamento - em busca de trabalho na tecelagem dos Lundgren, são constantes. O recrutamento de pessoas, no interior da Paraíba, Rio Grande do Norte e outros estados, são feito por aliciadores de homens e mulheres a novo modo de vida: trabalho em fábrica de tecidos. Há a disseminação da imagem de que Rio Tinto é lugar de prosperidade, de trabalho, de melhores condições de vida. É o que diz um ex-serralheiro, chegado à Rio Tinto em 1930, ressaltando o papel dos aliciadores da fábrica em busca de mão-de-obra nos sertões da Paraíba: “Rio Tinto, que era aquela fama né. Os agentes da Companhia saíam com caminhões pelo interior, procurando família aqui e ali, traziam aquelas famílias, aí chegavam aqui e empregavam. Toda semana, vinha dois caminhões de gente aqui”.³³

Muitos - na maioria – migram com a família, seduzidos pelas promessas de aliciadores, como observa Rosilene Alvim, em trabalho sobre as migrações para a Companhia de Tecidos Paulista:

“A história de famílias que se mudam para a vila operária da CTP, em busca de um novo modo de vida pode ser vista como um processo de sedução em que os seduzidos não são meros objetos, mas também sujeitos que usam tal processo a partir de estratégias familiares.”³⁴

Segundo relatos de João Batista Fernandes - presidente do sindicato têxtil entre 1951 e 1960 - os agenciadores têm ordens diretas de Frederico Lundgren de trazer para Rio Tinto famílias para se transformarem em operários. Os agenciadores chegam a construir imagem de fartura em Rio Tinto:

“A ansiedade do coronel Frederico de tornar Rio Tinto (como ele mesmo dizia) numa ‘Manchester’ inglesa, era tal, que mandava os agenciadores mentir ao povo: - Digam pra eles que venham para Rio Tinto. Digam pra eles que até das torneiras daqui, em vez d’água, jorra leite.”³⁵

Importante registrar que muitos migram por conta própria, como o operário Antônio Fernandes de Andrade - no início dos anos 1940, com 18 anos de idade - e da família de Júlio Justino da Silva. Este relata que ao chegar à cidade-fábrica, teve que esperar para que a direção da tecelagem lhe arranjasse moradia e trabalho: “Aqui minha mãe se deu mal, por que

³³ Júlio Justino da Silva – 78 anos. Serralheiro começou a trabalhar em 1948 na fábrica. Entrevista realizada em Rio Tinto, julho de 2005.

³⁴ ALVIM, Rosilene. *A sedução da cidade: Os operários-camponeses e a Fábrica dos Lundgren*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997, p. 3.

³⁵ FERNANDES, João Batista. *O extinto Rio Tinto*. Paraíba, 1971. p. 33.

aqui tinha de ser uma família que tivesse no mínimo três operários. E minha mãe não tinha, só tinha ela.”³⁶

Logo ao chegarem, as famílias recrutadas recebem casa e trabalho, antes passando pelo alojamento e seleção dos membros da família. O processo que experimenta a família de Júlio Justino, explica as dificuldades em conseguir morada e trabalho, na chegada à cidade. A família constitui elemento principal de aliciamento nos sertões. Há um ponto fundante no processo: a transformação de famílias de áreas rurais - com seus modos de convivência e sociabilidade - em famílias de operários de fábrica de tecidos. A mudança tem consequências inclusive na hierarquia familiar, como analisa Rosilene Alvim: “Elas se transformam em famílias de trabalhadores industriais e nesse processo, vários dramas são vividos, hierarquias familiares e intergeracionais reconstruídas, um novo modo de vida e de trabalho lhes é imposto”.³⁷

Em Rio Tinto, as famílias são apresentadas ao mandatário da fábrica, Frederico Lundgren, para triagem e designação de função. Em Paulista, igualmente ocorre a “cerimônia de apresentação”.³⁸ O fato e suposto diálogo, entre Frederico Lundgren e um chefe de família, são reproduzidos por João Batista Fernandes:

“- Seu Joaquim, quantos anos de idade o senhor tem? - Sessenta anos, Coronel! - Muito bem, seu Joaquim! E quantos filhos têm? - Bem, Coronel tem Zulina, Alfredo, Ana, Josefa, e... - Chega, seu Joaquim! Traga o povo para cá! E ele mesmo, o Coronel Frederico, olhava a família enfileirada, e dizia: - Você, seu Joaquim, vai me apanhar sementes de eucalipto; você Zulina, que é forte, me vai para a tecelagem; você aí Ana, que é magrinha, me vai para a seção de acabamento de panos.”³⁹

Assim, a demarcação das funções de cada membro da família (desde os mais novos até os mais velhos) distribuída por Frederico Lundgren, “anunciava a divisão do trabalho por sexo e idade na empresa”⁴⁰. A indicação das mulheres para a seção de tecelagem e acabamento de panos, revela a preferência do mandatário da fábrica. Como ressalta Rosilene Alvim, no caso da Fábrica Paulista, matriz de Rio Tinto:

“O trabalho feminino fabril por excelência é o trabalho na tecelagem e na fiação. A tecelagem frequentemente é preferida como lugar de trabalho para as mulheres porque além de ser considerado um lugar ‘limpo’ e que requer, sobretudo habilidade, tinha uma jornada de trabalho de 10 horas. Já a fiação, durante muito tempo com horário de 10 horas, se apresentava como um local

³⁶ Júlio Justino da Silva – 78 anos. Rio Tinto, julho de 2005.

³⁷ ALVIM, Rosilene. Op. Cit. p. 4.

³⁸ LEITE LOPES, José Sérgio. “Uma teatralização tradicional da dominação industrial”. In: ARAÚJO, Angela Maria Carneiro (Org.) *Trabalho, Cultura e Cidadania: Um balanço da História Social Brasileira*. São Paulo: Escrita, 1997, p. 178.

³⁹ FERNANDES, João Batista. Op. Cit. p. 34.

⁴⁰ ALVIM, Rosilene e LEITE LOPES, José Sérgio. “Famílias operárias, famílias de operárias”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. ANPOCS, N. 14 – ano 5, outubro de 1990, p. 10.

de trabalho 'sujo' e, portanto menos feminino, sendo compensador exclusivamente pelo maior salário que pagava (devido ao maior número de horas de trabalho).⁴¹

Dado interessante é que as mulheres, em Rio Tinto ou em outras fábricas têxteis, não exercem funções superiores às de homens operários: "Toda função que envolva tomar decisão e exercer autoridade não é designada à mulher. A ela cabe obedecer às ordens dadas pelos chefes e, para isto, ela deve ser submissa, ser paciente, ser dócil, enfim, demonstrar as 'virtudes femininas'.⁴²

Para o historiador Paulo Fontes, estas migrações campo-cidade, passam necessariamente por uma "articulada rede social para a efetivação da migração".⁴³ Mais adiante, assevera:

"Uma certa imagem da migração, vista apenas como um movimento desordenado, 'irracional', feito às pressas, não corresponde à experiência de grande parte dos migrantes. A mudança decisiva para a vida dos envolvidos era, na maior parte das vezes, meticulosamente pensada e preparada da melhor forma possível tanto no âmbito familiar como no da comunidade."⁴⁴

Destas reflexões infere-se que os homens migrantes de Rio Tinto, não o fizeram sem conhecimento prévio do espaço a ser ocupado. A ideia do operário Júlio Justino o denota, ao afirmar que Rio Tinto "era aquela fama". As motivações, por que esses homens deixam os locais de origem, se devem a vários fatores. Há sim um somatório de força e razões evidentemente múltiplas.

Segundo Leite Lopes, a Companhia de Tecidos Paulista tem verdadeira "fome de braços e fome de terras", não é diferente a Rio Tinto, que, após 1924, ocupa grandes extensões de terra na região. Em 1951, registra em cartório extensas propriedades em: Salema, Patrício, Preguiça, Rio Vermelho e Gameleira (e terrenos anexos), adquiridas em 1928. Em 1942 eram também proprietários do Engenho Novo e Uriúna, no município de Canguaretama no Rio Grande do Norte; em 1944, em Itapicirica, em 1949, Piabas e em 1950, Outeiro.⁴⁵

⁴¹ ALVIM, Rosilene. Op. Cit. p. 126.

⁴² NEVES, Magda Maria Bello de Almeida. "Dominação de resistência no cotidiano do trabalho fabril: as práticas sociais de mulheres e homens operários". In: *Relações de Trabalho e Relações de Poder: Mudanças e Permanências*. Mestrado de Sociologia – UFC – Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais (NEPS). Fortaleza – CE, 1986. p. 70. Para um aprofundamento dessas discussões ver dissertação: *Condição feminina, condição operária – Um estudo de caso sobre operárias têxteis*. DCP/UFGM, 1983.

⁴³ FONTES, Paulo Ribeiro. *Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais. São Miguel Paulista (1945-1966)*. Tese de Doutorado. Departamento de História da UNICAMP. Fevereiro de 2002. Em especial o capítulo 1, p. 54.

⁴⁴ Idem, p. 54.

⁴⁵ "COMPANHIA DE TECIDOS RIO TINTO. Escritura pública de constituição da sociedade anônima 'COMPANHIA DE TECIDOS RIO TINTO.'" *Diário Oficial* - 21 de fevereiro de 1951. Apud.: MACÊDO, Maria Bernadete Ferreira de. *Inovações Tecnológicas e Vivência Operária – O caso de Rio Tinto 1950-1970*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Economia da UFPB. João Pessoa, 1986, p. 13 (anexo 1).

Essa expansão não se dá sem conflitos. Para tanto, tenha-se a contenda com os índios potiguaras, que acusam os Lundgren de posse ilegal de suas terras, em Monte Mór e São Miguel da Baía da Traição. A fábrica havia se apossado dessas “terras cortando suas árvores para o uso da madeira nas construções das instalações fabris e para lenha das caldeiras”.⁴⁶ Diante dos fatos, entre 1929 e 1930, o presidente do estado, João Pessoa, resolve a questão. José Octávio de A. Mello, ressalta que Pessoa, em suas anotações, utiliza Relatório de 1923, encaminhado à Diretoria de Proteção aos Índios, observando o seguinte:

“Os terrenos distribuídos aos índios de Monte-Mór estão ocupados pelas grandes indústrias Lundgren e o terrenos que figuram como devolutos no referido anexo também foram pelos mesmos açambarcados, com ou sem justos títulos de que possam oportunamente se valer.”⁴⁷

Os Lundgren, no período de construção da cidade-fábrica, não só compram terras em torno do Engenho da Preguiça, como também se apropriam das pertencentes aos índios potiguaras. João Pessoa trata de rever tal posse no Serviço de Proteção aos Índios, visando à demarcação das terras indígenas. Em novembro de 1929, o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, designa uma comissão tendo a frente o inspetor do Serviço de Proteção, no estado do Mato Grosso, engenheiro Antônio Martins Vianna Estigarribia, para analisar:

“As bases de um acordo sobre as terras dos antigos aldeamentos do índios de Monte Mor e São Miguel da Bahia da Traição, de modo a assegurar aos remanescentes dos índios potyguaras a posse das terras de que carecem para os trabalhos de lavoura e criação.”⁴⁸

Porém, com o assassinato de João Pessoa, em julho de 1930, as medidas de demarcação das terras não se efetivam. No entanto, as contendas não cessam. Ainda hoje há conflitos de demarcação de terras dos índios Potyguaras, notadamente, na região da Vila Regina.

A ampliação da cidade-fábrica segue ganhando novos espaços e contornos, concomitante ao aumento de moradores e operários, a cada ano: se em 1926 contavam-se com

⁴⁶ PANET, Amélia de Farias. *Proposta de apoio turístico com desenvolvimento sustentável – O caso da APA da Barra do rio Mamanguape*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. São Paulo, 1998, p. 58.

⁴⁷ “MEDIDAS a tomar. Caderneta de anotações presidenciais”. Correspondência passiva – 1929 2º Pasta. João Pessoa. Arquivo Presidente João Pessoa/Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba. s.d.p. Apud: MELLO, José Octávio de Arruda. *A Revolução Estatizada. Um estudo sobre a Formação do Centralismo em 30*. João Pessoa: Universitária. 2º ed. 1992, p. 299.

⁴⁸ *MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO*. Rio de Janeiro, 22-11-1929. Arquivo Histórico do Espaço Cultural. Seção dos Governadores da Paraíba. Lote do Presidente João Pessoa C. Albuquerque (1928-1930). Caixa 018; Vol. 596 Documentos; Ano: 1929.

8 mil moradores e operários⁴⁹, em 1932, chegam a cerca de 14 mil, segundo o jornal *A União*, enfatizando Rio Tinto como “o maior centro industrial de tecidos do norte do país”⁵⁰. As informações, fornecem dados sobre a criação de novos espaços na cidade-fábrica: hipódromo, campo de futebol, cerca de 1700 casas para os trabalhadores, açougue, lojas comerciais e fábrica de gelo. Em destaque as 1.700 moradias, que alça Rio Tinto, a uma das maiores vilas operárias do Brasil.

Dias depois, após a publicação de matéria pormenorizada com ampla reportagem e anúncio de propaganda da cidade-fábrica, registra-se a visita do presidente Getúlio Vargas à Paraíba, com passagem pela cidade de Rio Tinto, a convite de Frederico Lundgren:

“Rio Tinto recebeu-os festivamente achando-se as ruas ornamentadas e cheias de povo que vivava calorosamente ao presidente Getúlio Vargas e Ministro José Américo. Oferecido pelo sr. Frederico Lundgren, presidente da Companhia proprietária da grande fábrica, realizou-se ao meio-dia, um banquete de 120 talheres, que decorreu num ambiente de grande cordialidade. Ao ‘champagne’ o sr. Lundgren pediu aos presentes que, de pé, bebessem á saúde do presidente da República. Em seguida iniciou-se a visita à fábrica, tendo sido percorridas também as diversas oficinas anexas ao grande estabelecimento.”⁵¹

Do encontro entre Vargas e Frederico Lundgren, resultam, segundo João Batista Fernandes, desdobramentos, como “a fabricação da famosa Mescla Cruzador para vestir a Marinha Brasileira”.⁵² A presença do presidente em Rio Tinto, reverbera ainda hoje na memória dos trabalhadores, que em suas falas se referem a esse encontro. Júlio Justino chega a afirmar que a (re) fundação do sindicato em 1943 é devido a “amizade” de Frederico Lundgren e Getúlio Vargas, nascida da sua visita à Rio Tinto em 1933.

Em fins da década de 1930, os Lundgren produzem nas oficinas de fundição em Rio Tinto, teares para nova tecelagem, por conta de restrições impostas à importação de máquinas, entre 1931 e 1937. Construindo o próprio maquinário, a Companhia implanta nova seção de tecelagem na vila Regina, distante 2 km de Rio Tinto, onde se localiza o Palacete – como os trabalhadores referem à casa dos Lundgren em Rio Tinto. Nesse contexto, a indústria têxtil brasileira vê a produção crescer e, em decorrência acumula altos lucros, como registra Carlos Negreiros Viana:

⁴⁹ GÓES, Raul de. Op. Cit. p. 145.

⁵⁰ “A Fábrica ‘Rio Tinto’”. *Almanach do Estado da Paraíba*. 15º ANNO, 1932, 7º Phase. João Pessoa, Imprensa Oficial. Apud: MACÊDO, Maria Bernadete Ferreira de. Op. Cit. p. 369 (anexo 09 - Informações reproduzidas em 07 de setembro de 1933 pelo jornal *A União*).

⁵¹ “A EXCURSÃO DO PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS AO NORTE. A visita à cidade industrial de Rio Tinto”. *A União*, 12 de setembro de 1933.

⁵² FERNANDES, João Batista. Op. Cit. p. 64.

“A produção física brasileira aumentou 55% entre o biênio 1938-39, e o biênio de máxima produção durante a guerra, 1943-1944. No entanto, mais do que a ‘produção física’, o que importa é a dimensão dos lucros conseguidos pela indústria têxtil algodoeira na época. Tendo investido muito pouco em novas máquinas, mesmo antes do início da segunda guerra, ele conseguiu, além do aumento de produção com uma utilização intensiva da maquinaria já instalada, um acréscimo do preço da ordem de 203%.”⁵³

Uma diferença entre os rendimentos das fábricas têxteis do sul/sudeste do país nas décadas de 1930 até 1945, e as fábricas dos irmãos Lundgren, é objeto de críticas dos industriais do sul. A vantagem dos Lundgren, como afirma Stanley Stein, “é que comercializavam 80 % da produção de suas fábricas através de uma cadeia de casas comerciais de sua propriedade, as famosas Casas Pernambucanas” e continua, “o entrelaçamento das fábricas de tecidos com o comércio varejista permita-lhes distribuir toda a sua produção”.⁵⁴ Portanto, a experiência de suas casas comerciais, para o setor varejista e atacadista de tecidos, foi ponto crucial para a alta rentabilidade financeira dos seus negócios. Pois, no período da segunda guerra mundial, as fábricas têxteis brasileiras estavam em posição vantajosa frente ao mercado mundial: exportavam para a América Latina, Europa e Oriente próximo.⁵⁵

De acordo com o “Perfil Histórico da Empresa”, reproduzido por Leite Lopes, ainda em 1938, os Lundgren ergueram a Fábrica Regina (essa seção integrada funciona até 1963/1964, quando é desativada, com a demissão de cerca de 2 mil trabalhadores) com a seguinte argumentação:

“1938 – Preocupada em aumentar cada vez mais a oferta de seus artigos, então já consolidadas no mercado, foram edificadas novos prédios e montados novos teares na denominada ‘Fábrica Regina’, integrada ao parque existente. Na ocasião, foram adicionadas cerca de 1.000/1.200 novas máquinas, todas construídas nas oficinas da Companhia de Tecidos Rio Tinto.”⁵⁶

Se em 1924, a fábrica ocupa cerca de 25.000 m², em 1959 alcança uma extensão de 333.692 m², quando:

“Os prédios e terrenos anexos à indústria formavam: - depósito de algodão: 6.543 m²; fiação: 14.555 m²; tecelagem: 17.020 m²; acabamento: 14.679 m²; oficinas de manutenção: 5.560 m²; escritórios: 2.780 m²; casa de força: 2.508 m²; garagem: 493 m²; almoxarifados: 3.286 m²; descaroador e prensa de algodão: 1.404 m²; beneficiamento de algodão-depósito de resíduos: 1.280

⁵³ VIANA, Carlos Negreiros. *A industrialização de algodão do Ceará (1881-1973) – Uma experiência de industrialização fora do centro sul*. Dissertação de Mestrado em Economia. UNB: Brasília, 1992. p. 215.

⁵⁴ STEIN, Stanley. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850-1950*. Prefácio de Nícia Villela Luz; Tradução de Jaime Larry Benchimol. Rio de Janeiro: Campus, 1979, p. 162.

⁵⁵ STEIN, Stanley. Op. Cit. p. 161.

⁵⁶ LEITE LOPES, José Sérgio. *A Tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo: Marco Zero, 1988, p. 313.

m²; reservatório de água: 90 m²; chaminés: 64 m², perfazendo tudo um total de 70.262 m². Dos prédios e terrenos não integrados à indústria faziam parte: - Vila operária com 2.613 casas, num total de 257.714 m²; o barracão, 1.825 m²; cinema: 2.000 m²; hospital: 1.386 m²; cantina: 462 m²; tecelagem instalada na Vila Regina, parte alta da cidade, com aproximadamente, 5.000 m² da área total da fábrica.”⁵⁷

Contudo a Companhia de Tecidos Rio Tinto, em fins da década de 1960, sofre reveses, decorrentes da crise econômica, ocasionada, em parte, pela concorrência com as modernas fábricas têxteis do sul/sudeste do país. É o que observa o dirigente sindical no pós-1964 José Antônio da Silva, face às consequências da modernização e dos efeitos de reestruturação produtiva em tal conjuntura:

“Quando eu deixei o sindicato eu já tava vendo que ia fechar. Já quando eu ia pra Brasília agente discutia a situação de fábricas como a de Rio Tinto, não ia acompanhar o desenvolvimento e quem não acompanhou fechou. Não foi falta de dinheiro não, foi desenvolvimento.”⁵⁸

A crise na fábrica, no início da década de 1970, é sentida com a demissão em massa de trabalhadores, em consequência os Lundgren, deliberam desfazer-se paulatinamente de parte das terras, que em parte é destinada, como observa Amélia Panet, para o cultivo da cana-de-açúcar, no contexto da criação do PROÁLCOOL:

“A Cia. negociou algumas casas, alguns prédios públicos com os moradores e começou a vender suas terras, estas em sua maioria foram destinadas às destilarias de álcool, que as usam no plantio da cana-de-açúcar, cultura típica da região desde os primórdios de sua ocupação. Com o PROÁLCOOL, instituído em 1975, a maioria das terras do município de Rio Tinto foram destinadas, a partir da década de 80, ao cultivo da cana-de-açúcar, desfigurando a paisagem da região e destruindo grande parte das reservas de mata atlântica que ainda existiam no local. De 1981 à 1985, a Companhia de Tecidos Rio Tinto se desfez da maioria de suas terras.”⁵⁹

Gradativamente a fábrica, entre 1983 e 1990, caminha para o fim de suas atividades. Em 1990, os Lundgren desativam-na por completo, segundo o diretor Walter Shummacher, devido às circunstâncias econômicas: “o dinheiro escasso e o mercado com situação difícil não valeria a pena, grandes investimentos e sem retorno”.⁶⁰ Apesar disso, são mantidos os funcionários de administração patrimonial e imobiliária, à frente Walter Shummacher, gerente do patrimônio restante. Segundo dados do Correio da Paraíba, esses bens em 2002 possuíam “um

⁵⁷ MACÊDO, Maria Bernadete Ferreira de. Op. Cit. p.71.

⁵⁸ José Antônio da Silva – 78 anos. Entrou para a fábrica em 1940, trabalhou como carpinteiro e no pós-1964, tomou parte na diretoria do sindicato. Em 1967 se tornou presidente, posteriormente vice-prefeito e vereador em Rio Tinto. Entrevista realizada em Rio Tinto, novembro de 2006.

⁵⁹ PANET, Amélia. Op.Cit. p. 40.

⁶⁰ “RIO TINTO – Recepção para Hitler após segunda guerra”. *Revista Conterrânea* – O interior por outro ângulo. Paraíba – Junho/Julho de 1992. Ano I, No. 1, p. 6.

capital social de R\$ 4.229 milhões e a Rio Tinto registrou o prejuízo de R\$ 297.168.00 mil”.⁶¹
Deve ser levada em conta, acerca do encerramento das atividades da fábrica, outra reflexão:

“Uma questão que aqui se pode colocar a partir de quando, e porque causas, um grupo como o Lundgren, com poder econômico e articulações a nível nacional, deixou suas fábricas tornarem-se obsoletas. Lembra-se que o fechamento concomitante de todo o parque têxtil tradicional pernambucano exclui acusações de incapacidade deste ou daquele dirigente. Procuram-se assim, causas sócio-econômicas e não motivos individuais.”⁶²

Atualmente, os Lundgren ainda são proprietários de grande parte do patrimônio imobiliário da cidade, desde as casas da vila operária, prédios da fábrica, cinema, igreja e algumas propriedades de terras em torno de Rio Tinto. O exemplo da Igreja é emblemático: ainda hoje seu prédio pertence à fábrica e não à Arquidiocese da Paraíba. Para uma comprovação desse fato: em certidão de fevereiro de 1951, reiterada em 1962, o prédio da Igreja é arrolado - com outros bens patrimoniais de Rio Tinto - como pertencentes à fábrica:

“[...] edifícios que formam o conjunto industrial da Fábrica Rio Tinto e funcionam todas as suas seções, tais como, preparação, fiação, enroladeiras, engomadeiras, tinturaria, tecelagem, acabamento, serraria, carpintaria, oficinas, usina elétrica, instalações elétricas, almoxarifados, armazéns, depósitos, escritórios, pagadorias, todos os maquinários montados nas mesmas seções, linhas férreas, embarcação, prédios de residências, prédio da Igreja, padaria, cinema, barracão, escolas, grupos escolares, edifícios de clubes recreativos, delegacia de polícia, de repartições públicas federais, estaduais e municipais, autarquias e sindicato, hospital, ambulatórios e farmácia, tudo situado em Patricio e Regina.”⁶³

O relato do trabalhador confirma o dado: a maioria das casas de Rio Tinto é de propriedade da família Lundgren. Ressalta que alguns conjuntos habitacionais foram construídos pelo Estado, mas, em terras dos Lundgren:

“Olha os Lundgren ainda mandam. Por que Rio Tinto, já se construíram dois conjuntos aqui, mas nas terras da Companhia e a maioria das casas, tudinho é dos Lundgren. Agente paga lá onde era a Loja Paulista [onde hoje é o escritório da Companhia, situado na rua da Mangueira], se paga ali, tem um diretor que recebe esse dinheiro e negócio da propriedade – eles ainda tem

⁶¹ Costa Filho, José Paulino. “Tecidos Rio Tinto”. *Correio da Paraíba*, 15 de julho de 2003. Recentemente a Companhia aluga à Universidade Federal da Paraíba parte das dependências da fábrica para abrigar um campus da universidade, que se expandiu para o litoral norte, tendo sido Rio Tinto e Mamanguape alcançados pela política de ampliação da UFPB.

⁶² HUTZLER, Celina Ribeiro. *Quem pode pode, quem não pode...* Op. Cit. p. 115. Para uma análise acerca da Companhia de Tecidos Paulista, bem como da decadência das Indústrias têxteis no Nordeste, ver: MARANHÃO, Sydia M. Q. de Albuquerque. *Tecnologia e Trabalho: Um estudo de caso na Indústria têxtil de Pernambuco (1950-1980)*. Dissertação de Mestrado, Recife, 1983.

⁶³ “Ação: Interdito Proibitório”. Requerente: Companhia de Tecidos Rio Tinto. Requerido: Severino Costa e outros. 15 de agosto de 1962. Processo n. 548. Caixa – Ano: 1962. Arquivo do Fórum de Rio Tinto.

propriedade - tudinho se resolve lá. É dos Lundgren, ainda tem uma faixa lá, dos Lundgren.”⁶⁴

A construção de conjuntos habitacionais só reafirma a transformação por que passa Rio Tinto no contexto. O papel do Estado, como financiador de moradias e outras áreas em Rio Tinto, evidencia sua interferência na cidade, em questão antes pertencida a alçada da fábrica:

“O número de trabalhadores passa de 12.000 operários em 1945 para 1.000 operários em 1970. Se as 2.500 casas mal abrigavam os 12.000 operários com uma taxa de 4,5 operários por casa, em 1970, havia 2,2 casas para cada operário. O hospital, que inicialmente era da fábrica, passa a ser do INPS, transferência advinda de uma antiga dívida da Companhia para com o mesmo. Assim, como as casas, a Companhia de Tecidos se desfaz dos seus bens patrimoniais, o hospital e a escola passam a ser de propriedade e gestão do Estado. Como podemos observar, o Estado inicia um processo de intervenção nas condições de reprodução, habitação, saúde e educação, que inicialmente eram gerenciados e financiados pelo capital privado, passam a ser de responsabilidade do Estado.”⁶⁵

A presença dos Lundgren em Rio Tinto se faz verificar no controle de parte do patrimônio imobiliário da cidade. Muitos operários ao se aposentar tentam negociar a indenização em troca da moradia. Em muitos casos a fábrica avalia a residência com valor acima da indenização, com estratégia clara de fazer o trabalhador continuar em dependência com os Lundgren, pelo menos, no quesito da moradia. É o que informa a tecelã Clotilde Cavalcanti confirmando o número elevado de casas ainda pertencentes aos Lundgren:

“Essa casa eu pago. É alugada a fábrica. Tudo é casa da fábrica, aqui mesmo, só não essa daqui da frente e a outra ali da esquina [a aposentada reside na rua da Mangueira, vizinha a entrada da fábrica]. O aluguel paga no patrimônio. Eu pago R\$ 36 reais, agora com o IPTU, eu já paguei 3 parcelas, dá R\$ 41.20 reais.”⁶⁶

De fato, os operários, sem casa própria ainda hoje pagam aluguel à fábrica. Em Rio Tinto, diferente de outras vilas operárias, as casas são na sua totalidade, patrimônio da fábrica. Em casos onde o trabalhador adquire casa na vila operária, observa Eva Blay:

“O processo que se desenrola quando a casa é da fábrica e quando ela se torna do operário constitui duas etapas da condição do trabalhador urbano. Nelas muda sua posição perante o mercado de trabalho, pois variam as

⁶⁴ Júlio Justino da Silva – 78 anos. Rio Tinto, julho de 2005. Recentemente o Governo do estado publicou no Diário Oficial ato em que desapropriou uma propriedade da Companhia de Tecidos Rio Tinto, denominado “Preguiça”, com a finalidade de construir casas populares em convênio com a Companhia Estadual de Habitação Popular - CEHAP - e a Caixa Econômica Federal. Sobre esse decreto ver: *Diário Oficial*. Estado da Paraíba. Atos do Poder Executivo. João Pessoa – Domingo, 19 de Novembro de 2006. Nº 13.373.

⁶⁵ EGLER, Tâmara Tânia Cohen. *Moradia e Trabalho em Rio Tinto*. Op. Cit. . 159.

⁶⁶ Clotilde Cavalcante Juvenal. Trabalhou como tecelã. Entrevista realizada em Rio Tinto, julho de 2005.

pressões que o trabalhador enfrenta quando dispõe ou não da propriedade da casa.”⁶⁷

O atual diretor do patrimônio restante da fábrica Rio Tinto, ao mesmo tempo em que concede descontos nos aluguéis, aos que realizam serviços de manutenção das casas - como mudança de madeiramento - ameaça despejo de família em atraso no pagamento de aluguel.

Em reflexão final, podemos perceber que o processo de constituição de uma cidade-fábrica, como a de Rio Tinto, possui suas particularidades. Os Lundgren souberam se utilizar de recursos e negociações políticas para a instalação de empreendimento têxtil na Paraíba, similar a que já possuía na cidade de Paulista. Para tanto, construíram ao longo dos anos 1920, verdadeiro espaço citadino, que se fazia, majoritariamente independente da capital ou de cidades vizinhas. Ao edificar a cidade-fábrica, houve um processo migratório, que nos anos iniciais contava-se com mais de 5 mil trabalhadores, com um conjunto de casas que alçavam Rio Tinto, a uma das maiores vilas operárias da época.

De tal modo, não é demais reiterar que este processo, não deve ter sido sem conflitos. Afinal, existia um modo de vida anterior a sua edificação – o que foi desmantelado - e que a imprensa da época, os memorialistas e o próprio discurso da família Lundgren, repetiam constantemente de que eles, plantaram gente na região denominada de vila da preguiça (numa clara referência aos pescadores, agricultores e índios potiguaras que viviam na região) transformando esta numa ativa colméia operária.

Referências bibliográficas

ALVIM, Rosilene. *A sedução da cidade: Os operários-camponeses e a Fábrica dos Lundgren*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

_____ e LEITE LOPES, José Sérgio. “Famílias operárias, famílias de operárias”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. ANPOCS, N. 14 – ano 5, outubro de 1990.

AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

BLAY, Eva Alterman. *Eu não tenho onde morar: Vilas operárias na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1985.

CORREIA, Telma de B. et al. *Rio Tinto, Estrutura Urbana, Trabalho e Cotidiano*. João Pessoa: Unipê, 2002.

CORREIA, Telma de Barros. *Pedra: Plano e cotidiano operário no sertão*. Campinas, SP: Papirus, 1998 (Série Ofício de arte e forma).

COSTA, Adailton Coelho. *Mamanguape: a fênix paraibana*. João Pessoa: Grafset, 1986.

⁶⁷ BLAY, Eva Alterman. *Eu não tenho onde morar: Vilas operárias na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1985, p. 17.

EGLER, Tâmara Tânia Cohen. "Moradia e Trabalho em Rio Tinto". In: *Relações de Trabalho e Relações de Poder: Mudanças e Permanências*. Mestrado de Sociologia – UFC – Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais (NEPS). Fortaleza – CE, 1986.

FERNANDES, João Batista. *O Extinto Rio Tinto*. Recife: Imprensa Universitária, 1971.

_____. *Rio Tinto O Extinto. Rio Tinto*. Paraíba, 1973.

FONTES, Paulo R.R. *Trabalhadores e cidadãos. Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. São Paulo, Annablume, 1997.

_____. *Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais. São Miguel Paulista (1945-1966)*. Tese de Doutorado. Departamento de História da UNICAMP. Fevereiro de 2002.

GÓES, Raul de. *Um sueco emigra para o Nordeste*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.

HALL, Michael M. "História Oral: Os riscos da inocência". *O Direito à Memória. Patrimônio Histórico e Cidadania*. São Paulo, DPH, 1992.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HUTZLER, Celina Ribeiro. "Quem pode pode, quem não pode..." In: *Relações de Trabalho e Relações de Poder: Mudanças e Permanências*. Mestrado de Sociologia – UFC – Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais (NEPS). Fortaleza – CE, 1986.

LEITE LOPES, José Sérgio. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo, Marco Zero, 1988.

_____. "Fábrica e Vila Operária: Considerações sobre uma forma de servidão burguesa". In: LEITE LOPES, José Sérgio [et al.]. *Mudança Social no Nordeste: A reprodução da subordinação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 (Série Estudos sobre o Nordeste).

_____. "Uma teatralização tradicional da dominação industrial". In: ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro (Org.) *Trabalho, Cultura e Cidadania: Um balanço da História Social Brasileira*. São Paulo: Escritta, 1997.

MARIZ, Celso. "O Passado e o Presente de Mamanguape". In. *Cidades e Homens*. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, 1985.

MONTENEGRO, Antônio Torres. "História Oral: caminhos e descaminhos". *Revista Brasileira de História*. São Paulo. v. 13, n. 25/26, set. 92/ago.93.

NEVES, Magda Maria Bello de Almeida. "Dominação de resistência no cotidiano do trabalho fabril: as práticas sociais de mulheres e homens operários". In: *Relações de Trabalho e Relações de Poder: Mudanças e Permanências*. Mestrado de Sociologia – UFC – Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais (NEPS). Fortaleza – CE, 1986.

POLLACK, Michael. "Memória, Esquecimento e Silêncio". *Estudos Históricos – Memória*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

PORTELLI, Alessandro. "O que faz a história oral diferente". *Projeto História – Cultura e Representação*. São Paulo, (14), fev. 1997.